

# **As reformas DESEstruturantes do Estado de Bem-Estar Social**

**16 de agosto de 2019**

# As reformas desestruturantes pretendem acabar com os direitos garantidos na Constituição de 1988

**O** Seminário Reformas DESEstruturantes do Estado de Bem-Estar Social foi encerrado no dia 16 de agosto de 2019, no Plenário Ana Terra, na Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre, com o debate sobre “As Reformas DESEstruturantes do Estado de Bem-Estar Social: Saúde, Educação, Trabalhista, Previdenciária e Tributária”.

Sob a coordenação do diretor de Assuntos Institucionais do IJF, Dão Real Pereira dos Santos, a mesa tratou da importância de se resgatar e defender a Constituição Federal de 1988, em especial, o Artigo 6º que diz: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

“Deveríamos ler o Artigo 6º da Constituição todos os dias, ao acordar. Ele não faz distinção de qualidade entre os direitos. São todos essenciais no mesmo nível. E os direitos ali discriminados não estão vinculados nem condicionados, nem mesmo ao mundo do trabalho, como frequentemente a Previdência tem sido considerada. Os direitos sociais elencados no Artigo 6º devem ser financiados por toda a sociedade. Há um esforço evidente para desconectar no senso comum os deveres dos direitos. A elite brasileira vem construindo um verdadeiro mito sobre a carga tributária, tentando convencer a população que ela seria insustentável, mas oculta a relação de interdependência que existe entre a arrecadação dos tributos e o atendimento dos direitos sociais. Em relação à reforma da Previdência, o ataque mais frontal que estava na pauta era, sem dúvida, a proposta de capitalização, pois transformaria o direito constitucional à Previdência Social em uma mercadoria, o que significa ferir de morte o pacto social que construímos em 1988”, destacou Dão Real.

A maneira como as reformas vêm sendo propostas e implementadas, segundo ele, revela que a crise econômica e a crise fiscal que dela decorre, não são problemas a serem solucionados, mas sim, oportunidades para quem só quer reduzir o Estado. A crise é um cavalo encilhado para justificar a pressa em fazer as reformas. “Aliás, talvez devesse ser proibido se propor reforma constitucional em época de crises conjunturais. A crise contamina o resultado de qualquer tipo de reforma”, defendeu.

Reproduzimos a seguir as palestras proferidas no debate.

# Previdência: “O que está em jogo é a disputa pelo modelo de Estado”



“ O Dão Real disse que a crise é a base para esse desmonte do Estado de Bem-estar social. Isso não é novo, quando lembramos o grande ataque ao Estado de Bem-estar social consolidado a partir do pós-guerra, quando veio a era Margareth Thatcher, a era Ronald Reagan.

“A crise é a base para esse desmonte do Estado do Bem-estar social e isso não é novo. Na era Thatcher, o diagnóstico era o mesmo”, afirmou o auditor fiscal Marcelo Lettieri, integrante do Instituto Justiça Fiscal (IJF). Segundo ele, o diagnóstico dos neoliberais é de que o Estado de Bem-estar social é insustentável. “O que está em jogo é a disputa pelo modelo de Estado capitalista: modelo de Estado de Bem-estar inclusivo ou o Estado neoliberal, mínimo em direitos. Essa é a grande discussão. E entramos em algumas armadilhas nessa discussão.”

## >> Marcelo Lettieri

Mais do que falar sobre pontos específicos da reforma da Previdência em si, eu vou tentar ser um pouco ousado: vou buscar fazer a integração dessa discussão nossa, relacionada ao lado do que a gente chama de política fiscal, e que eu acho que foi bem tratada (embora pudesse ser melhor tratada pelos nossos governos progressistas, quando olhou bastante o lado do gasto), e, então, vou deixar a bola quicando para o próximo palestrante que vai falar de um lado que realmente não foi muito bem tratado pelos nossos governos progressistas, mas que deve ser inserido nesse debate. Ele não pode ser um debate separado (o lado das receitas, da tributação; do lado dos gastos). Esse foi nosso déficit democrático.

O Dão Real disse que a crise é a base para esse desmonte do Estado de Bem-estar social. Isso não é novo, quando lembramos o grande ataque ao Estado de Bem-estar social consolidado a partir do pós-guerra, quando veio a era Margareth Thatcher, a era Ronald Reagan. O diagnóstico é exatamente o mesmo que está sendo apresentado hoje por quem está conduzindo a política econômica nesse país. O diagnóstico é que esse Estado de Bem-estar social é insustentável e por ser insustentável ele é a causa da crise econômica, e sendo a causa, eu tenho que desmontá-lo ou substituí-lo por um outro modelo de Estado.

Então, no fundo, a discussão (eu acho que esse foi um dos objetivos porque a gente colocou para fazer esse debate nesse seminário) é que o objetivo principal, o que está em jogo, é a disputa pelo modelo de Estado. Nós não estamos nem ousando aqui falar na dicotomia entre capitalismo e socialismo. A gente está falando o seguinte: o modelo de Estado capitalista está em disputa entre o modelo de Estado de Bem-estar social inclusivo e o modelo neoliberal ou liberal ao extremo, em que o Estado é mínimo em direitos. Nenhum desses países introduziram o Estado Mínimo em tamanho, esses estados todos cresceram em tamanho, têm cargas tributárias altas que financiam direitos para poucos. Mas eles são Estados Mínimos em direitos. Essa é a grande discussão.

E a gente entrou em algumas armadilhas nessa discussão. Eu vou pegar algumas falas aqui dos palestrantes anteriores, por exemplo, a da Circe, na Saúde. “O SUS é um projeto de sociedade”. Acho que é muito importante isso. Quando a gente vai falar de modelo de Estado, está falando de que projeto de sociedade que nós temos. E aí todos nós aqui fomos à Constituição. É interessante porque a conjuntura em 1988 era tão favorável que a gente tivesse uma Constituição como aquela, que ela foi construída na contramão do que estava acontecendo no mundo. O mundo estava desmontando o Estado de Bem-estar social europeu, e a gente estava fundando o nosso Estado de Bem-estar brasileiro, a partir da Constituição de 1988. É óbvio que ela não começou ali, ela não começou na Constituição, ela começou nesses movimentos sociais pré-Constituição, na redemocratização, na organização de cada um desses setores, do pessoal da Saúde, da Previdência, com a atuação da ANFIP, do pessoal que militava na Previdência, na Educação. E a gente conseguiu, na contramão desse movimento histórico, fundar uma Constituição que previa um Estado de Bem-estar social forte. E essa condição foi tão revolucionária para a época que ela também previu, não só os direitos, mas como financiá-los e aí a gente vai deixar depois para o Paulo Gil falar um pouco dessa questão da Reforma Tributária Solidária. Ou seja, pensamos nos dois lados, já que a crítica que havia sempre, e essa crítica surgiu principalmente com Thatcher e com Reagan, com a nova economia, era de que o Estado Social era insustentável, pois não havia como financiá-lo. Assim, a gente teria que mudar esses princípios. Pois a nossa Constituição já olhou esses dois pilares, definiu os direitos e estabeleceu as suas fontes de financiamento.

Só que, de fato, nós nunca conseguimos implementar essa Constituição, esse Estado de Bem-estar social, e agora estamos tendo uma grande interrupção desse processo. Foi um processo de construção muito difícil, e logo em seguida à promulgação da Constituição já começaram os ataques visando o seu desmonte. Vários, principalmente os economistas, diziam que essa Constituição era insustentável, e, infelizmente, foi colocado no próprio embrião da Constituição a possibilidade de já começar a reformá-la em cinco anos, em 1993. E a partir dali o que a gente tem visto ao longo do tempo é um processo muito mais de tentar consolidar aqueles direitos, em alguns momentos tentar resistir para não perdê-los. Nós agora estamos em um dos momentos mais críticos dessa resistência para não perder aquilo que a gente conseguiu implementar.

A Circe também colocou os princípios da Constituição para a área da Saúde: Universalidade, Integridade e Equidade. Na Educação, para mim uma frase resume muito bem tudo que a professora Maria Beatriz falou aqui: “A pedagogia popular da democracia” (o mesmo que a colega Fátima também falou pela manhã), é um dos nossos déficits. Ou seja, uma das nossas deficiências foi não fazer uma educação para a cidadania, um processo, principalmente, na parte de inclusão. A gente fez uma inclusão para o consumo muito grande; e conseguiu universalizar a educação, mas a gente não fez uma educação, não conseguiu, ou pelo menos não avançou muito na educação para a cidadania, que aí traz um outro princípio, esse princípio da cidadania que é a democracia. Então, juntando esses princípios é que eu acho que a gente precisa avançar, em termos de o que fazer, muito mais do que um simples diagnóstico. A gente já tem diagnósticos muito bem consolidados, tanto do que a gente precisava fazer, e do muito que a gente fez, e agora de todo o desmonte que está vindo e que é um desmonte que está sendo feito de uma forma muito acelerada, justamente para não permitir que a gente construa uma resistência.

E aí uma *mea culpa* que a gente precisa fazer é que, conforme falou o Viola, não foram só os movimentos sindicais que passaram por esse processo de dissociação, de fragmentação. Vou dar um exemplo bem da nossa casa. A gente tem dentro da Receita Federal um sindicato e uma associação, e mais uma terceira associação, tudo isso para tentar representar os auditores. E uma outra categoria – os analistas tributários – com outro sindicato. Temos

“ Nós não estamos nem ousando aqui falar na dicotomia entre capitalismo e socialismo. A gente está falando o seguinte: o modelo de Estado capitalista está em disputa entre o modelo de Estado de Bem-estar social inclusivo e o modelo neoliberal ou liberal ao extremo, em que o Estado é mínimo em direitos.

“ E aí, a mea culpa que quero fazer aqui é que, nessa fragmentação das lutas, a gente ficou cada um dentro do seu setor: o pessoal da educação muito bem mobilizado, mas discutindo a educação; o pessoal da saúde também muito bem mobilizado, mas dentro da saúde; previdência dentro da previdência;

ainda o Sindicato dos Servidores Públicos Federais, que tem pessoas que são ligadas a esse sindicato. Ou seja, temos uma fragmentação de lutas que foi muito bem utilizada pelos nossos inimigos, na verdade, para criar um sistema de competição.

Eu quero resgatar um pouco da fala do Viola, do princípio da solidariedade, que eu acho o princípio fundante do Estado de Bem-estar social da nossa Constituição. É o princípio da solidariedade que se contrapõe a esse princípio liberal, mas não dos liberais ingleses, mas é um princípio liberal meio deturpado, por isso que a gente chama de neoliberal. Na verdade a gente volta a Thomas Hobbes no “Todos contra todos” (Leviatã), a gente não volta a Adams Smith, da “Mão Invisível”, em que ali há um princípio moral de que todo mundo, embora aja de forma mais ou menos egoísta, vai fazer o bem como um todo. A gente volta numa luta de todos contra todos em que o Estado deveria entrar somente para, com a força, evitar maiores conflitos. É esse sistema liberal que querem implantar.

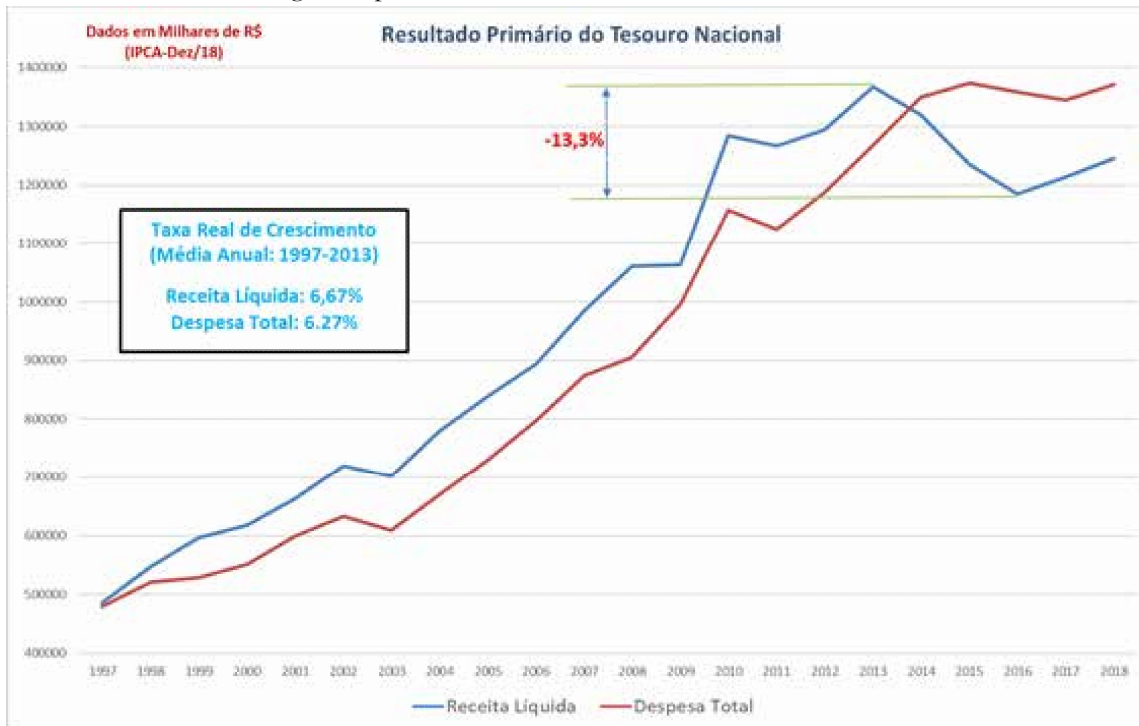
E aí, a *mea culpa* que quero fazer aqui é que, nessa fragmentação das lutas, a gente ficou cada um dentro do seu setor: o pessoal da educação muito bem mobilizado, mas discutindo a educação; o pessoal da saúde também muito bem mobilizado, mas dentro da saúde; previdência dentro da previdência; e a gente fragmentou essa luta, quando eu acho que o grande objetivo é a gente retomar essa unidade, essa unificação, essa solidariedade na luta em cima desse princípio, de que o que está em jogo é o modelo de Estado, que sociedade nós queremos, e que ela afeta tudo isso. Porque, quando a gente fragmenta a luta, a gente se fragiliza, pois eles criaram ou embutiram na sociedade o conceito de competição, e usaram o ajuste fiscal exatamente para isso. Então primeiramente eles vieram com o discurso “vamos dissociar esse negócio de Seguridade, isso é muito utópico, na verdade nós temos a Previdência, nós temos a assistência, a saúde, ah, é isso mesmo, exatamente isso”. Aí eles continuam: “a previdência está começando a custar muito, isso vai tirar recursos da saúde”. É esse o discurso, o da competição. “Ah, agora se a Seguridade começar a custar muito você vai tirar dinheiro da educação”, colocando todos esses itens nesse jogo competitivo. Essa competição é muito ruim, porque a gente entra para disputar, não o modelo de Estado, mas o que eles deixaram para a gente. E finalizam: “você têm essa quantidade de recursos e com ela vocês se dividem aí. Se você acha que é mais importante ter previdência e o pessoal não ter educação, vamos dar previdência”. E a gente aceitou essa lógica.

“Para não dizer que eu não falei de flores”, nem de Previdência, sobre este tema eu recomendo muito o livro, que foi escrito agora ao longo dessa proposta de reforma, intitulado ‘Previdência, o debate desonesto’, do professor Eduardo Fagnani (<https://loja-editoracontracorrente.com.br/produto/previdencia/>).

Ele trata de todos os pontos que talvez seria o que eu deveria apresentar aqui, tais como: qual é o objetivo velado da reforma da Previdência, quais foram as falácias que foram inventadas para construir uma opinião pública a favor de retirada de direitos. E também sobre os três terrores que foram criados e alimentados pela comunicação da grande mídia sobre a reforma da Previdência. Primeiro, o terror financeiro: não teremos dinheiro para financiar essa Previdência. Então, o que será das novas gerações? Chegaram a esse absurdo, dizendo que nós vamos deixar essas próximas gerações (nossos filhos e netos) sem financiamento da Previdência. O segundo é o terror demográfico: “nós estamos envelhecendo, nós estamos vivendo mais, então esse sistema é insustentável diante disso”. E por último, o mais pesado deles, o terror econômico, que foi o terror criado para dizer o seguinte: “ou faz a reforma da Previdência ou o país quebra”. Foi isso que a gente ouvia o tempo todo, a ponto de você ver uma pessoa que está perdendo todos os seus direitos, sem nem saber que direitos estão perdendo, principalmente os mais pobres, defenderem a reforma da Previdência, como uma forma de não quebrar o país.

O ministro da Economia, em um ato falho (alguns dizem que foi um ato falho, mas para mim não foi), no dia ou na véspera da votação em primeiro turno da reforma da Previdência na Câmara dos Deputados, ao responder a uma pergunta sobre o porquê de eles não terem adiantado algumas medidas econômicas para aumentar o emprego, para tirar a economia dessa situação de crise intensa, afirmou que “o importante era fazer a reforma da Previdência primeiro porque se a situação da economia melhorasse, as pessoas não iriam”, ele falou exatamente isso, “as pessoas não iriam ver a importância de se fazer a reforma da Previdência”. Ou seja, ele mesmo disse o seguinte: se a gente tivesse uma melhora da economia, a situação iria se resolver por si só, sem a necessidade da reforma.

Gostaria de mostrar esse gráfico para vocês:



A primeira vez que eu construí esse gráfico foi para dar uma palestra sobre a crise. Isso bem no início da crise, ali em 2015/2016, na Universidade Federal do Ceará. Era aniversário da criação do campus da universidade em Sobral, e tinha uma plateia de economistas, a maioria de economistas liberais, neoclássicos, mais os alunos. Eu fui ver esses dados de superávit primário que se discute muito em economia: temos que fazer superávit primário é o mote do ajuste fiscal. Assim, eu entrei no site do Tesouro e peguei os dados ao longo do tempo de receitas e despesas. Então, esse gráfico mostra, em azul, as receitas, e em vermelho, as despesas. Ele traz todos os dados do site do Tesouro desde 1997, mês a mês, mas aqui está ano a ano, porque você só pode fazer essa comparação ano a ano, porque mês a mês tem uma certa sazonalidade. Se a gente observar de 1997 até 2014, ou seja, durante 17 anos, nós temos sempre a linha azul, que são as receitas, acima da linha vermelha, que são as despesas (são todos os gastos do governo federal exceto juros), o que eles chamam de gastos primários, porque eles não querem botar os juros nesse debate; o teto do gasto foi feito para a gente não colocar os juros nesse debate, porque, se você colocar os juros, fica muito difícil eles justificarem as políticas de desmonte do Estado de Bem-estar social. Então, tira-se os juros desse debate e vamos só comparar receita, todas as receitas, mas só com as despesas primárias (exceto juros).

E a gente verifica que, de 1997 até 2014, em todos, independentes do governo (Fernando Henrique, Lula 1 e 2) nós sempre tivemos receita maior do que despesa, ou seja, sempre tivemos superávits primários. E nós não resolvemos o problema desse país com esse superávit primário. E aí, o que acontece a partir de 2015? Temos uma crise que derruba as receitas. Repare que eu coloquei as taxas de crescimento ali, a gente tinha de 1997 a 2013, a receita líquida crescendo 6,67% e a despesa crescendo 6,27%, ou seja, não só a receita era superior a despesa, como ela crescia com uma taxa um pouquinho superior. Quem olha esse tipo de gráfico e analisa de forma honesta, qualquer economista, diz o seguinte: isso é uma situação de estabilidade macroeconômica: nós temos receitas sempre maiores que despesas e nós temos receitas crescendo a taxas na média maior do que as despesas.

E aí depois a gente continua observando o gráfico: na linha vermelha, as despesas continuam ainda a crescer porque você está pagando Previdência, tem gasto com saúde e, quando você tem crise, você tem até aumento dessas despesas, seja por problemas de saúde que se intensificam, seja por pagamentos de seguro desemprego etc. Mas mesmo assim, algumas medidas foram feitas (porque muito mais do que retirar direitos na Constituição ou na lei, está havendo uma retirada de direitos na execução das políticas públicas). As pessoas estão dificultando o acesso. Vendem na mídia a ideia de que, se for informatizado, tudo você pode fazer pela internet, mas a pessoa não consegue concluir o processo e receber o

“ Mas mesmo assim, algumas medidas foram feitas (porque muito mais do que retirar direitos na Constituição ou na lei, está havendo uma retirada de direitos na execução das políticas públicas). As pessoas estão dificultando o acesso. Vendem na mídia a ideia de que, se for informatizado, tudo você pode fazer pela internet, mas a pessoa não consegue concluir o processo e receber o seu direito.

“ O nosso tipo de política econômica, que vinha sendo conduzida até então, só entrou em xeque por causa de uma crise, uma crise que em parte também foi construída para derrubar um governo.

seu direito. Só medidas como essas já estão dando uma contração nos gastos.

É um absurdo a gente falar isso, mas economistas, principalmente o macroeconomista, não veem gente por trás dos números, eles só veem números agregados, eles não conseguem ver o indivíduo.

Qualquer economista, minimamente honesto, vai olhar nesse gráfico e ver o seguinte: no mínimo o que se pode dizer, até agora, sobre esse dado até 2018, é que eu tenho claramente, eu só posso dizer isso como economista, eu tenho um problema no lado das receitas, mas não tem nenhum problema no lado dos gastos. O economista até poderia afirmar que agora, depois de a receita ter caído lá para baixo, nunca mais ela vai voltar àqueles patamares (mas isso já é uma inferência dele, pois os dados ainda não podem mostrar isso). Ele pode dizer isso: se ela não voltar mais àqueles patamares, eu vou ter um problema, se a despesa continuar crescendo a mesma taxa que a receita, e a receita estiver abaixo da despesa, mas não há nenhum motivo, hoje, para você ter esse tipo de raciocínio.

Mas para testar esse preconceito com os gastos, antes de mostrar esse gráfico, eu resolvi fazer uma brincadeira. Eu peguei esse gráfico sem dizer que tratava de receitas e despesas e, para esse grupo de economistas, incluindo vários que hoje defendem a nossa política econômica, eu disse para eles que eu queria pedir uma ajuda, antes de começar a palestra, para uma dúvida sobre um estudo estatístico que eu estava fazendo sobre as populações de dois tipos de animais. Eu não iria dizer a eles quais eram os animais, mas tão somente que cada animal da linha azul controlava o crescimento do animal da linha vermelha, e era importante que existissem sempre mais animais da população azul do que da vermelha, porque assim haveria um controle populacional natural.

E aí eu continuei: com esse gráfico, eu reparei que, desde 1997 até 2013, a gente tem esse acompanhamento de que a população da linha azul está sempre acima da população da linha vermelha. E olhando esses dados do meu estudo, vocês acham que eu devo focar o meu problema em que população? Como posso tentar identificar qual é o problema, o que está acontecendo?

Um ou outro levantou a mão e começou a responder: professor, você tem que analisar o que que está provocando essa queda dos animais da população azul, porque o problema está aí. E eu provocava: mas será que não tem problema na queda dos animais da população vermelha ali, será que o problema também não envolve a população da linha vermelha? E eles insistiam, “não, professor, o problema é na azul, está muito claro, pois como está caindo o número de animais azuis e eles são os predadores que controlam o outro, o outro continua crescendo e não tem esse número de predadores para controlar a outra população. Então eu encerrava assim: “ah, interessante, eu vou anotar isso aqui para botar no meu estudo”.

Depois disso, eu comeci a palestra e lá no final mostrei esse gráfico. Daí alguns me disseram: “professor, esse gráfico está equivocado. Acho que é daquele estudo que o senhor estava fazendo.” E eu, eufórico, dizia, “não, esse gráfico está correto e é mesmo o de receitas e despesas do governo federal”. Foi aí que alguns perceberam, riram, e eu perguntei: “o problema aqui é onde?” Depois de um silêncio constrangedor, alguns insistiram: “não, professor, não dá pra analisar esses dados assim, têm outras coisas”. Eu encerrei com um “ah, têm outras coisas, mas porque não levantaram essas outras coisas naquele meu estudo populacional?” Silêncio!

Mas, então, retomando nossa análise mais geral, o que eu quero dizer aqui é o seguinte: que, no agregado, a gente não precisa competir por recursos. O nosso tipo de política econômica, que vinha sendo conduzida até então, só entrou em xeque por causa de uma crise, uma crise que em parte também foi construída para derrubar um governo. Ou, no mínimo, alimentada para isso, claramente. E agora, o pior de tudo, é que eles não conseguem reverter esse quadro. Nós entramos numa armadilha de uma situação de crise econômica quase que irreversível, principalmente se continuarmos adotando essa política suicida de ajuste fiscal a qualquer preço.

É isso que eu gostaria de enfatizar: a gente deve pensar nessa nossa nova luta de resistência, e não cada um tentar dizer, “não, eu vou defender a saúde, eu estou aqui defendendo a educação”, não, a gente precisa voltar a defender esse modelo de Estado, com esses princípios constitucionais (universalidade, integralidade, equidade, justiça), porque é o modelo de sociedade que a gente deseja. A gente não está discutindo economia, a gente tem que sair dessa armadilha, do discurso economicista. Porque o discurso economicista não vê gente, ele utiliza a gente para justificar a política, ele não vê as pessoas em si.

O nosso último pacto social, que a gente pode chamar de pacto social, foi a Constituição

Federal de 88. O que a gente deveria fazer de discussão nesse momento no país era um novo pacto social. Eu sei que a gente tem uma dificuldade muito grande para propor isso, por exemplo, em um Congresso como esse que nós temos hoje. Mas eu acho que é essa discussão que a gente deveria voltar a fazer, porque, ao fim e ao cabo, quando a gente vai fazer a discussão fiscal, o que está em jogo é a disputa por uma coisa só, que é o modelo de Estado, mas esse modelo de Estado se reflete no orçamento público, e no orçamento público tem dois lados, o lado das despesas e o lado das receitas. Nós temos que coordenar as nossas forças nessa discussão pelo lado das despesas, que é isso, cada um desses setores, mas olhar a política fiscal como um todo. Ou seja, a gente precisa se unir dentro de um projeto de construção de um Estado de Bem-estar social robusto.

Por fim, para finalizar, a gente precisa também quebrar uma outra barreira, que é a barreira da comunicação. E talvez, o principal aliado seja essa da educação para a cidadania. Não adianta a gente ficar gritando que a grande mídia, os meios de comunicação não estão, por exemplo, cobrindo um evento como esse, trazendo nenhuma informação sobre isso. Eu me deparei com uma tirinha do Armandinho, nas vésperas da reforma da Previdência, eu sou apaixonado por esse personagem do Alexandre Beck, que é um catarinense. O Armandinho diz assim, o assunto é polêmico, era sobre Previdência, por isso a importância de um debate, para isso convidamos três especialistas no assunto: um que defende, um que apoia, e outro que é a favor. A reforma da Previdência foi o tempo inteiro isso. Quando muito, o pouco espaço que a grande mídia abriu para um ou outro era para um que dizia assim: “a reforma é necessária, mas a gente precisa de uma outra reforma”. Bastava alguém dizer isso para eles requalificarem o discurso e dizerem: estão vendo? Até fulano disse que uma reforma é necessária”. Bastava somente essa frase dele.

Acho que é esse o nosso grande desafio. Peço desculpas aos que acharam que eu iria falar de um monte de detalhes específicos da reforma da Previdência, em si, mas é porque tem muita coisa para a gente falar. Eu recomendo o site da ANFIP. Tem lá um banner da reforma da Previdência, tem muito material, vídeo, tem muita coisa boa. Fonte de informações nós temos muitas. Vai ser muito difícil reverter essa reforma agora no Senado, a gente sabe disso, mas acho que a gente tem que continuar na luta, para inclusive mostrar essas contradições. Mas eu acho que a gente deve retomar essa unidade em torno da defesa de um Estado Social, é um pacto social sobre o tipo de sociedade que nós queremos. Nós queremos uma sociedade democrática, universal, com justiça, educação para todos, saúde para todos, e Previdência para velhice. A Seguridade Social não é um princípio utópico, tem inclusive uma lógica econômica.

Só para terminar, no tripé da Seguridade Social, o pé da Previdência é a garantia para os que estão no mercado de trabalho, para os que estão formalizados; o pé da Assistência é para aqueles que não tiveram condições, por diversos motivos, de contribuírem ao longo da sua vida laboral; e o pilar da Saúde está interligado com esses dois, tanto para permitir que mais pessoas possam continuar trabalhando com Saúde, e aí contribuir para o sistema como um todo, quanto para que necessitemos de menos recursos para assistencialismo. Ou seja, a Seguridade Social foi construída em cima desse princípio.

E para fechar, não vou nem citar um historiador marxista, poderia citar Eric Hobsbawm, mas vou citar um que fazia um bom debate com Hobsbawm, o historiador Tony Judt, inglês que era ligado à Terceira Via, um grande defensor do Estado de Bem-estar social, da social democracia. Ele fazia um debate interessante com Hobsbawm, mas morreu de forma trágica, por causa da Ela (Esclerose Lateral Amiotrófica). E ele dizia o seguinte: “As novas gerações não defendem o Estado de Bem-estar social porque elas não viveram a insegurança social do entre-guerras. A geração que construiu o Estado de Bem-estar social chegou a tributar, pasmem, chegamos a ter na década de 1960, nos Estados Unidos e na Inglaterra, alíquota de imposto de renda de 94% para altas rendas. Por que essas pessoas resolveram fazer esse pacto para construir a sociedade? Porque eles viram que aquela insegurança social que existia no entre-guerras não poderia voltar jamais. Essa sociedade recente, que não viveu aquele momento, não dá valor a isso”.

A gente, que pelo menos estuda História, que ainda não banuiu o ensino da História nas nossas escolas, consegue defender esse Estado de Bem-estar social e é esse o chamamento que eu faço a todos.

“ Nós temos que coordenar as nossas forças nessa discussão pelo lado das despesas, mas olhar a política fiscal como um todo. Ou seja, a gente precisa se unir dentro de um projeto de construção de um Estado de Bem-estar social robusto.